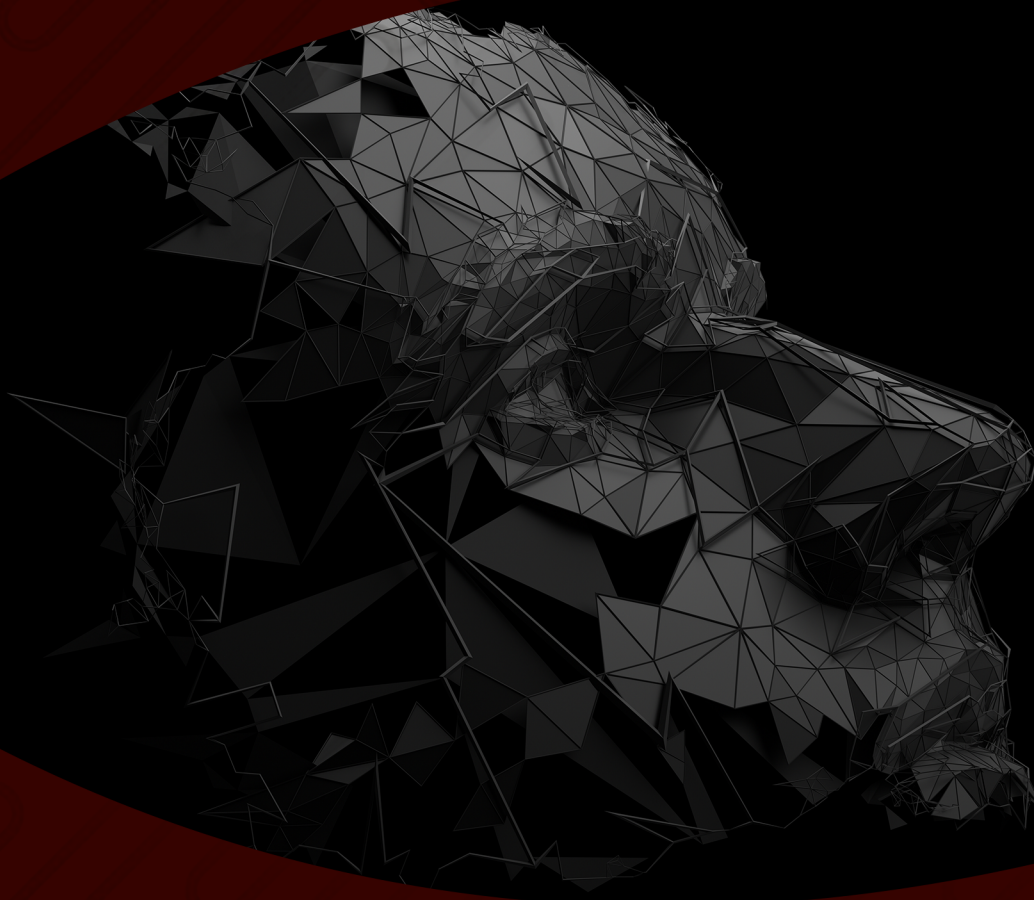
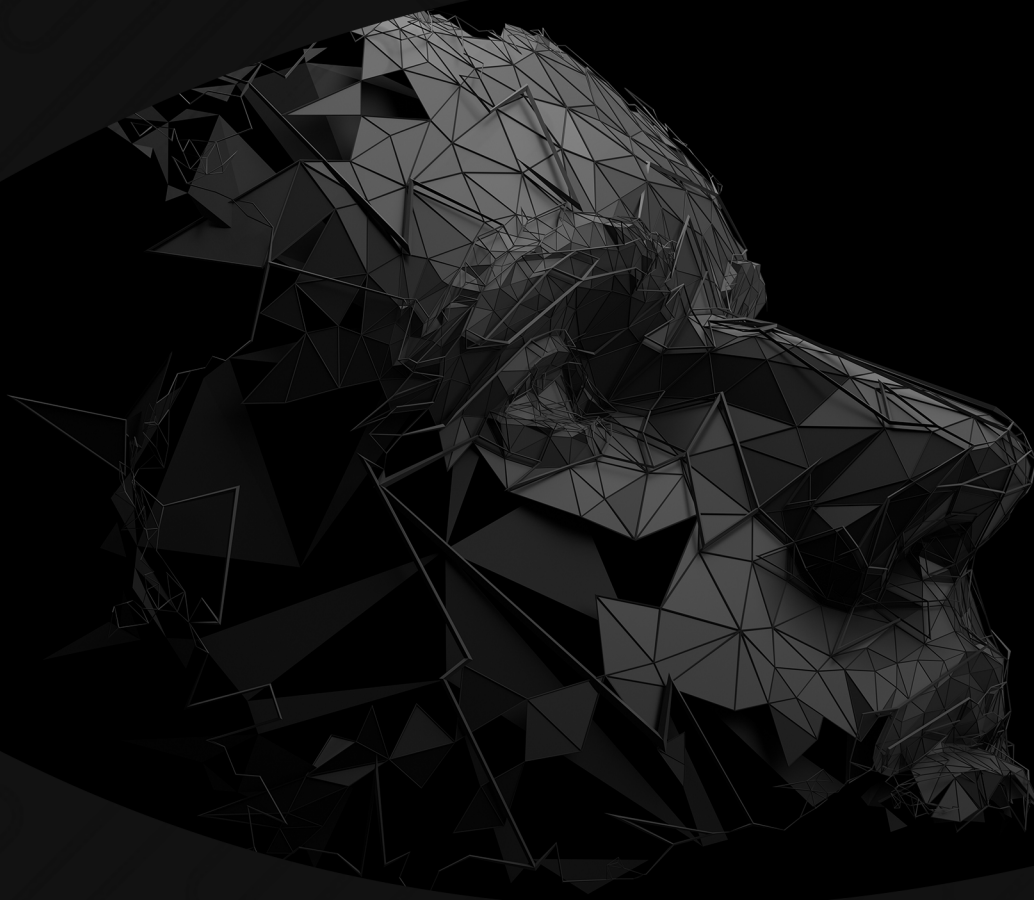


O Ensino Aprendizagem face às Alternativas Epistemológicas



Adriana Demite Stephani
(Organizadora)

O Ensino Aprendizagem face às Alternativas Epistemológicas



Adriana Demite Stephani
(Organizadora)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E59 O ensino aprendizagem face às alternativas epistemológicas 1
 [recurso eletrônico] / Organizadora Adriana Demite Stephani. –
 Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-953-0
 DOI 10.22533/at.ed.530202301

1. Aprendizagem. 2. Educação – Pesquisa – Brasil. 3. Ensino –
 Metodologia. I. Stephani, Adriana Demite.

CDD 371.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Universidade, Sociedade e Educação Básica: intersecções entre o ensino, pesquisa e extensão” – contendo 52 artigos divididos em 2 volumes – traz discussões pontuais, relatos e reflexões sobre ações de ensino, pesquisa e extensão de diversas instituições e estados do país. Essa diversidade demonstra o importante papel da Universidade para a sociedade e o quanto a formação e os projetos por ela desenvolvidos refletem em ações e proposituras efetivas para o desenvolvimento social.

Diálogos sobre a formação de docentes de química e o ensino de química na Educação Básica iniciam o volume I, composto por 26 textos. São artigos que discutem sobre esse ensino desde a educação infantil, perpassando por reflexões e questões pertinentes à formação de docentes da área – o que pensam os licenciados e o olhar sobre polos de formação, bem como, o uso de diferentes recursos e perspectivas para o ensino. A esses primeiros textos, na mesma perspectiva de discussão sobre formas de ensinar, seguem-se outros sobre o ensino de matemática, geografia e ciências, tendo como motes para dessas discussões a ludicidade, interatividade, interdisciplinaridade e ensino a partir do cotidiano e da localidade. Dando sequência, o volume I também traz artigos que apresentam trabalhos com abordagens inovadoras para o ensino para pessoas com deficiências, com tabelas interativas, recursos experimentais e a transformação de imagens em palavras, favorecendo a inclusão. Fechando o volume, completam esse coletivo de textos, artigos sobre o comprometimento discente, a superação do trote acadêmico, o ensino de sociologia na atualidade, a relação da velhice com a arte, discussões sobre humanidade, corpo e emancipação, e, entre corpo e grafismo.

Composto por 26 artigos, o volume II inicia com a apresentação de possibilidades para a constituição de parceria entre instituições de ensino, aplicabilidade de metodologias ativas de aprendizagem em pesquisas de iniciação científica, a produção acadêmica na sociedade, a sugestão de atividades e estruturas de ambientes virtuais de aprendizagem e o olhar discente sobre sua formação. Seguem-se a estes, textos que discutem aspectos históricos e de etnoconhecimentos para o trabalho com a matemática, como também, um rol de artigos que, de diferentes perceptivas, abordam ações de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de engenharia e de ciências na perspectiva da interdisciplinaridade. Contribuição para a sociedade é linha condutora dos demais textos do volume II que apresentam projetos que versam sobre estratégias para o combate ao mosquito da dengue, inertização de resíduo de barragem em material cerâmico, protótipo de automação de estacionamento, produção de sabão ecológico partir da reciclagem do óleo de cozinha, sistema fotovoltaico suprindo uma estação rádio base de telefonia celular, e, o controle digital

de conversores.

Convidamos o leitor para navegar por esses mares de leituras com tons e olhares diversos que apresentam o que as universidades estão discutindo, fazendo e apresentando a sociedade!

Adriana Demite Stephani

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A QUÍMICA CONTEXTUALIZADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA ATRAVÉS DO TRATAMENTO DE ÁGUA	
Isabela Cristina Damasceno Jéssica Paola da Silva Fernandes Andrea Santos Liu Marcela Guariento Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.5302023011	
CAPÍTULO 2	9
AS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS NO ENSINO DE QUÍMICA: ALGUMAS IMPLICAÇÕES	
Francisca Georgiana M. do Nascimento Antônio Igo Barreto Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5302023012	
CAPÍTULO 3	14
COLÉGIO PEDRO II COMO POLO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE QUÍMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Mauro Braga França Carlos da Silva Lopes Marcos Correa Guedes Edson de Almeida Ferreira Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5302023013	
CAPÍTULO 4	20
O USO DO SCRATCH NO ENSINO DE QUÍMICA: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE NOMENCLATURA DE HIDROCARBONETOS	
Francisca Georgiana M. do Nascimento Ticiano do Rêgo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5302023014	
CAPÍTULO 5	30
VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ENTRELACE DA PSICOLOGIA SOCIAL COM O ENSINO DE QUÍMICA	
Evelyn Leal de Carvalho Eliane Luciana Cruz Leal Ellen de Carvalho Alves Jéssica Thaline Alves de Sousa Gabriela Salomão Alves Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.5302023015	
CAPÍTULO 6	39
“O QUE É SER PROFESSOR DE QUÍMICA FRENTE À CRISE DEMOCRÁTICA?": UMA RODA DE CONVERSA COM LICENCIANDOS EM QUÍMICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (IFRJ – DUQUE DE CAXIAS)	
Monique Gonçalves Mauro Braga França Stephany Petronilho Heidelmann	

CAPÍTULO 7 49

UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E ALTERNATIVAS AO SEU USO COMO TEMA TRANSVERSAL NO ENSINO DE QUÍMICA

Queli Aparecida Rodrigues de Almeida
Caio Marlon da Silva de Almeida
Isabele Mello da Silva
Viviane Silva Valladão
Mariana Magalhães Marques

DOI 10.22533/at.ed.5302023017

CAPÍTULO 8 56

COMO A QUÍMICA AGE NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE BOLOS?

Julio Marcos Barroso Cremonesi
Douglas Mateus de Melo
Maria Vitória Gonçalves Costa

DOI 10.22533/at.ed.5302023018

CAPÍTULO 9 67

A MATEMÁTICA ATRAVÉS DA CULINÁRIA: EVITANDO O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

Francielly dos Santos Proença Sgamate
Adriani Pereira de Lima Silva
Edinalcio Fernandes Syrczyk
Joice Aparecida Gurkewicz

DOI 10.22533/at.ed.5302023019

CAPÍTULO 10 72

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP): INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Tiago Eutiquio Lemes Santana
Eder Regioli Dias
Silvia Pereira Domingues

DOI 10.22533/at.ed.53020230110

CAPÍTULO 11 82

A GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA NO ENSINO MÉDIO

Kalina Salaib Springer
Luis Antônio Bento
Leonardo Fiamoncini de Souza

DOI 10.22533/at.ed.53020230111

CAPÍTULO 12 89

ALUDICIDADE COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE PARASITOLOGIA DURANTE A 14ª SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rodrigo Araujo Cocêlo Dias
Allan Santana Mendes
Amanda Caroline Silva Pereira
Michelle Daniele dos Santos-Clapp

DOI 10.22533/at.ed.53020230112

CAPÍTULO 13 102

PERCORRENDO USOS/SIGNIFICADOS DA TABUADA INTERATIVA: VIVÊNCIAS NA IV MOSTRA ACREANA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - VIVER CIÊNCIA

Mário Sérgio Silva de Carvalho
Simone Maria Chalub Bandeira Bezerra
Salette Maria Chalub Bandeira
Inayara Rodrigues de Carvalho
Ivanilce Bessa Santos Correia
Adriana dos Santos Lima
Suliany Victoria Ferreira Moura

DOI 10.22533/at.ed.53020230113

CAPÍTULO 14 116

AValiação CONSTRUTIVA: A DIVINA COMÉDIA SOB A ÓPTICA DAS INSTALAÇÕES GEOGRÁFICAS

Emerson Ribeiro
Diego Leite Alexandre
Carlos Augusto Barros da Silva

DOI 10.22533/at.ed.53020230114

CAPÍTULO 15 132

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA POR MEIO DOS PROBLEMAS LOCAIS: ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Adilson Tadeu Basquerote Silva
Eduardo Pimentel Menezes

DOI 10.22533/at.ed.53020230115

CAPÍTULO 16 141

PERCEPÇÕES DA PAISAGEM URBANA: OLHARES CONCEITUALMENTE QUALIFICADOS SOBRE A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Fabiano Soares Magdaleno

DOI 10.22533/at.ed.53020230116

CAPÍTULO 17 154

OS DESAFIOS DA MEDIAÇÃO E APRENDIZAGEM NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Ana Paula Souza do Prado Anjos
Raquel Lima Besnosik
Fábio Oliveira
Soraia Oliveira da Cunha Silva
Aline Teixeira de Matos

DOI 10.22533/at.ed.53020230117

CAPÍTULO 18 164

RECURSOS EXPERIMENTAIS PARA O ESTUDO DA PROPAGAÇÃO DO CALOR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS

Lucia da Cruz de Almeida
Viviane Medeiros Tavares Mota

DOI 10.22533/at.ed.53020230118

CAPÍTULO 19	173
TABELAS PERIÓDICAS INTERATIVAS: ALTERNATIVAS MULTIDISCIPLINARES NO PROCESSO DE INCLUSÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN	
Bernardo Porphirio Balado Izabelle Chipoline dos Santos Lorraine da Silva Pereira de Souza Rute Ferreira Carvalho Yasmim Schramm Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53020230119	
CAPÍTULO 20	183
UMA IMAGEM VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS. QUEM DISSE?	
Sofia Castro Hallais Maria da Conceição de Almeida Barbosa Lima	
DOI 10.22533/at.ed.53020230120	
CAPÍTULO 21	193
COMPROMETIMENTO: UMA DECISÃO PESSOAL DO ALUNO	
Paulo César Bernardes Filho	
DOI 10.22533/at.ed.53020230121	
CAPÍTULO 22	205
COMPROMISSO SOCIAL, CONSTRUÇÃO DE VALORES E A SUPERAÇÃO DO TROTE ACADÊMICO	
Ana Cecília Oliveira Silva Ana Karolina Aparecida Costa Leal Armando Castello Branco Junior Bruno Amaral Meireles James Rogado Kátia Ferreira Quirino, Ronier Santos Souza Victória Eugênia de Freitas Ferreira Yuri Falcão Callegaris	
DOI 10.22533/at.ed.53020230122	
CAPÍTULO 23	211
ESTRATÉGIAS DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NO SÉCULO XXI SOCIOLOGY TEACHING STRATEGIES IN 21 ST CENTURY	
Henrique Fernandes Alves Neto	
DOI 10.22533/at.ed.53020230123	
CAPÍTULO 24	223
A VELHICE E ARTE: UMA ANÁLISE DA OBRA “ SÃO JERÔNIMO A ESCREVER” DE CARAVAGGIO E SUAS RELAÇÕES COM A FIGURA DA PESSOA VELHA	
Hendy Barbosa Santos Paulo Victor Monteiro Santana de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.53020230124	

CAPÍTULO 25	233
HUMANIDADE, CORPO E EMANCIPAÇÃO: PROPOSIÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DIÁLOGICA E DECOLONIAL COM CORPOS, CULTURAS, EMOÇÕES	
Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho	
Cleidinalva Silva Cerqueira	
Maria Cecília de Paula Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53020230125	
CAPÍTULO 26	246
O CORPO EM CENA: IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO GRAFISMO E PARA A APROPRIAÇÃO DA ESCRITA	
Marisa Assunção Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.53020230126	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	265
ÍNDICE REMISSIVO	266

COMPROMETIMENTO: UMA DECISÃO PESSOAL DO ALUNO

Data de aceite: 13/01/2020

Paulo César Bernardes filho

Advogado e Mestrando do curso de Direito da
Universidade Nove de Julho – São Paulo

RESUMO: O presente artigo trata da necessidade de se dar a responsabilidade ao aluno no processo ensino-aprendizagem, tornando-o o protagonista de seu projeto de conhecimento. Ao professor caberá a responsabilidade de utilizar didáticas e metodologias adequadas à especificidade da abordagem filosófica para o estudante de Direito. A partir da análise das relações entre a os agentes envolvidos na relação ensino-aprendizagem e a Filosofia, procura-se identificar os principais desafios que se relacionam à adoção de uma prática pedagógica capaz de superar a dicotomia entre a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem da disciplina.

ABSTRACT: This article deals with the need to give responsibility to the student in the teaching-learning process, making him the protagonist of his knowledge project. The teacher will be responsible for using didactics and methodologies appropriate to the specificity of the philosophical approach for the student of Law. Based on the analysis of the relations

between the agents involved in the teaching-learning relationship and Philosophy, we try to identify the main challenges that are related to the adoption of a pedagogical practice capable of overcoming the dichotomy between theory and practice in the process of teaching-learning. **PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Filosofia, Ensino, didática e metodologia.

INTRODUÇÃO

Em termos gerais todo o processo que envolve as mais diversas fases da aprendizagem se dão de forma coletivizada, ou seja, é um processo que se dá em um contexto coletivo composto por vários atores fundamentais, que sem eles, com certeza, não será possível o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

Não se pode falar em processo de ensino-aprendizagem sem pensarmos no Estado, na Escola, Professores, Alunos e porque não, nos Pais/Responsáveis dos alunos. Todos estes atores, com papéis distintos, mas interligados/integrados em si, são fundamentais, de forma direta ou indireta, no processo ensino. Destacando que eles estão a todo tempo construindo o conhecimento, criando ciência e tornando os métodos de ensino-aprendizagem

mais dinâmicos e eficientes.

Estes papéis, por mais que não se tenha isso de forma clara, estão constantemente se alternando no processo de ensino-aprendizagem, pois é com a compreensão de que um agente depende do outro, que um agente está a cada momento está assumindo para si a responsabilidade pela produção do conhecimento é que podemos falar verdadeiramente em um processo de ensino-aprendizagem que se perpetuará no tempo.

Wolkmer chama a atenção para o que considera uma crise de racionalidade. O autor afirma que a humanidade caminhou para um tipo de racionalidade linear, instrumental positiva que não liberta, mas sim aliena e coisifica o homem. Para ao autor:

A moderna cultura liberal-burguesa e a expansão material do capitalismo produziram uma forma específica de racionalização no mundo. Essa racionalização, enquanto princípio organizativo, define-se como racionalidade instrumental positiva que não liberta, mas reprime, aliena e coisifica o homem. (WOLKMER, 2002, p. 2)

Aqui podemos, em contraponto às ideias de racionalidade linear, tomar como referencial de educação o que Paulo Freire considera Educação Libertadora, que segundo o autor é uma visão de educação mais humana em contraposição à educação bancária, tradicional. Tal visão ou concepção é tida como sendo problematizadora e libertadora a medida que a mesma é uma constante busca que visa com que os educandos transformem o mundo em que vivem. Para tanto, os mesmos devem compreender a realidade que os cerca através de uma visão crítica da mesma, respeitando-se sua cultura e história de vida. Tal concepção educacional baseia-se na estimulação da criatividade dos educandos e numa relação de simbiose entre educador e educando a medida em que procurar misturar os papéis dos mesmos, pois crê o autor que ninguém educa ninguém e ninguém educa-se a si mesmo, mas os homens educam-se em comunhão, mediatizados pelo mundo. (Freire, 1986)

Partindo desse pressuposto, e em especial no tema proposto, qual seja: como incentivar o estudo da Filosofia nos cursos de Direito, sente-se a necessidade de se problematizar e discorrer sobre o que fazer para que estes agentes envolvidos no processo educacional entendam e de nova perspectiva de sua importância dentro do processo de construção do conhecimento filosófico e a importância desta cadeira no mundo jurídico.

A o artigo pretende focar em três questões que são definitivamente as mais importantes do processo ensino-aprendizagem: o comprometimento do aluno, as estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas

Primeiro trataremos do aluno, demonstrar a sua significativa importância no processo ensino -aprendizagem. Estabelecer a diferenciação de compromisso e

comprometimento, para então se estabelecer o grau de comprometimento necessário para se alcançar o tão almejado diploma de bacharel em Direito.

Depois, a proposta para os professores, que também passa pela questão do comprometimento, é de abandonar o ensino tradicional e compreender que o aluno hoje precisa ser estimulado de formas mais criativas e entender que o processo de aprendizagem precisa ser mais humanizado e, na medida do possível, individualizado. Que as novas práticas e tendências pedagógicas devem ser exploradas a favor do processo de aprendizagem.

Em outro momento, mostrar que o ensino da Filosofia precisa levar o aluno e não só compreender que é uma cadeira que necessita do hábito da leitura, aulas mais modernas em termos pedagógicos, mas também mostrar o “mundo jurídico” precisa de profissionais com maiores habilidades de escrita, retórica e principalmente com poder de estabelecer novos caminhos para o Direito. Ou seja, a necessidade de despertar o aluno a importância do estudo sistematizado da Filosofia como cadeira fundamental no curso de direito a partir de duas aplicações práticas e suas funcionalidade para o operador do Direito.

Ao final, concluir, a partir dos discursos dos agentes do processo ensino-aprendizagem o que eles entendem e/ou pensam a respeito do que vem a ser o comprometimento dos atores envolvidos e sua importância para todo este processo que envolve o estudo da Filosofia nos cursos de Direito.

O ALUNO: O COMPROMISSO DEVE SER PESSOAL.

O processo ensino-aprendizagem, historicamente, é visto por grande parte das pessoas como um processo aluno-professor, ou seja, o aluno está em sala de aula de forma passiva para aprender o que o professor tem a ensinar.

Se entende como educação aquilo que se aprende na escola através do professor, ou seja, no modelo de educação tradicional e às vistas do senso comum, a educação é algo que se transfere do professor para o aluno.

Poucas vezes observamos o senso comum atribuir a outros atores a responsabilidade no processo ensino-aprendizagem. Mas é certo que outros atores existem e são de extrema importância dentro deste contexto de modelo educacional.

A inquietação acerca do papel do Estado, do professor e da atuação da escola frente à formação do educando no processo de ensino/aprendizagem vem, ao longo tempo, gerando estudos entre os pesquisadores com o objetivo de ressaltar-se a importância destes atores na prática educativa, assim como sua atuação que deve estar voltada para a produção do conhecimento acadêmico.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade,

liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

Não mera casualidade que o art. 205 da Constituição/88, a educação aparece como um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Passadas três décadas desde a promulgação da Constituição/88, ainda é possível afirmar que o debate em torno dos direitos fundamentais, em especial da educação, e de sua eficácia não perdeu em atualidade, pelo contrário, segue ocupando a pauta dos grandes desafios do Estado e a sociedade.

Decorre daí a responsabilidade do Estado (com suas políticas públicas para a educação) da escola e da sociedade, pelo processo de ensino-aprendizagem do educando. Mas não só eles, os educadores são, de igual valor, responsáveis por esse caminho da aprendizagem.

O professor José Renato Nalini observa, tratando do tema complexo que é o ensino do Direito, afirma que:

“A educação não é responsabilidade exclusiva do estado. Parcela considerável da responsabilidade pelas deficiências do ensino de direito pode ser atribuídas aos educadores...” (NALINI, 2006, p. 291)

Como acima referido, verifica-se que a responsabilidade de educar, hoje, não recai tão somente sobre ao Estado como se pensava há alguns anos, mas sim e especialmente sobre a figura do professor, o que não poderia ser diferente em um sistema de ensino baseado no que o professor Paulo Freire chama de “educação bancária”.

Paulo Freire, em suas obras, faz uma aberta crítica ao que chama de “Educação Bancária”, que basicamente é a educação tradicional, onde o professor, detentor do saber, na visão do autor, esse modelo de educação parte do pressuposto que o aluno nada sabe e o professor é detentor do saber. Criando-se então uma relação vertical entre o educador e o educando. O Educador, sendo o que possui todo o saber, é o sujeito da aprendizagem, aquele que deposita o conhecimento. O educando, então, é o objeto que recebe o conhecimento, neste sentido Freire afirma:

A concepção bancária de educação nega o diálogo, à medida que na prática pedagógica prevalecem poucas palavras, já que “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (Freire, 2005, p. 68).

Contudo, como vimos acima, o ato de educar compete a todas os atores sociais envolvidos e comprometidas com processo ensino-aprendizagem.

É certo que as discussões e reflexões na área educacional no contexto da

sociedade atual são permeadas por dúvidas frente a um novo perfil de aluno. Os alunos são vistos como pessoas interativas, plugado nas novas tecnologias, usuário de redes sociais, completamente dependente de celulares, da internet, etc.

Claro que o aluno da atualidade que não cabe mais nas escolas tradicionais, ou seja, com horários rígidos, conhecimento desvinculado da realidade, grade curricular engessada, espaços e tempos inadequados. Mas o fato do aluno não ter mais a referencia da escola tradicional como modelo de processo ensino-aprendizagem, não retira dele a obrigação primária do comprometimento com os estudos.

Por certo, os estudantes normalmente aprendem aquilo que querem aprender e mas frequentemente têm grande dificuldade para aprender aquilo que não interessa a eles e muitos professores têm a difícil tarefa de lecionar para estudantes que não estão interessados naquilo que se quer ensinar a eles, como por exemplo os estudantes de direito e a cadeira de Filosofia.

Claro que, como já visto, o sucesso da aprendizagem estudantil está relacionado a inúmeros fatores e atores sociais. Ninguém retira a responsabilidade do Estado e suas políticas públicas sobre educação. E nem mesmo a Sociedade e os professores estão isentos desta responsabilidade. Mas, entre todos os atores, e talvez o mais especial é o estudante.

Isto porque, é do estudante a responsabilidade de se comprometer nos estudos, ou seja, o seu comprometimento para com o aprender é fundamental no processo ensino-aprendizagem, ainda mais, quando tratamos de indivíduos adultos e aptos a escolher uma carreira profissional, como é o caso do aluno de direito.

Logo, de início, deve-se ter como foco principal o comprometimento do estudante com a sua aprendizagem, visto que o seu rendimento é muito maior quando ele assume o papel de protagonista na sua aprendizagem, como propõe as professoras Vera Lucia Felicetti e Marília Costa Morosini:

um trabalho docente de qualidade requer necessariamente um comprometimento do profissional em educação, no todo do seu fazer docente. Porém, o comprometimento compete, também, ao educando, visto que só aprende quem quer aprender, e só se “ensina” a quem quer ser ensinado. (FELICETTI & MOROSINI, 2010)

As autoras fazem um paralelo entre compromisso e comprometimento, chegando a citar as definições das palavras no dicionário, para ao final afirmar que “comprometimento é muito maior que um simples compromisso, pois envolve uma questão ética na abordagem, ou seja, o comprometimento é constituído do que se faz e como se faz, colocando o aluno no protagonismo do seu comprometimento”.

Para as autoras:

“não basta ser aluno, o compromisso não é suficiente no contexto educacional em que vivemos, é necessário um comprometimento crítico, dinâmico e responsável

por parte do aluno com relação à sua aprendizagem, uma vez que o mercado de trabalho exige cada vez mais pessoas capazes de criar, além de reproduzir, pessoas independentes que façam e não esperem outros fazerem.” (FELICETTI & MOROSINI, 2010)

Fica claro no entendimento das autoras que o comprometimento do estudante com sua aprendizagem está relacionado aos objetivos e inspirações que ele tem, desencadeando, assim, o sentido de equilíbrio entre o querer e o fazer.

Neste sentido, o professor Nalini afirma que:

“Todos podem ser tornar-se cada dia melhores. Melhor seria dizer: uma vida só se justifica se o compromisso de se tonar cada dia um pouco menos imperfeito vier a ser um projeto sério. Essa é a proposta individual que depende apenas de cada consciência. Ao se propor a estudar direito, o estudante assume um compromisso: o de realmente estudar.” (NALINI, 2006, p. 288)

Assim, o aluno tendo a consciência do equilíbrio entre o querer e fazer, tendo em mente que pode ser melhor a cada dia e que o projeto de se tornar um profissional sério é uma proposta de vida que depende exclusivamente dele, chega facilmente ao resultado do comprometimento com a vida acadêmica, em especial o aluno de Direito, que segundo Nalini:

“Aqueles que não assumirem o compromisso de extraírem do curso jurídico todas as potencialidades encontrarão as portas cerradas. Não conseguirão ultrapassar a barreira do exame da Ordem. Nunca obterão êxito nos concursos públicos, e cada vez mais disputados. Continuarão a fazer o que sempre fizeram e com uma diferença. Sentir-se-ão frustrados, pois o investimento durante os cinco anos para nada lhes serviu. É muito importante pensar nisso enquanto ainda na escola. Depois, embora não seja impossível recuperar o tempo perdido, tudo será muito mais sacrificado.” (NALINI, 2006, pp. 290-291)

O comprometimento do estudante durante o curso de Direito é essencial para sua futura profissão. Nos dias atuais não é difícil encontrar vários bacharéis em direito que não conseguem passar pelo exame da Ordem dos Advogados do Brasil, e por esta razão não se veem realizados com a profissão, pois sua aprovação no exame é essencial para a sua vida profissional.

O exame da ordem se tornou um verdadeiro pesadelo entre os alunos de direito, tanto que, mesmos nos semestres iniciais do curso já se percebe a angústia dos alunos na aprovação no exame.

Claro que além da advocacia, o Direito abre para um aluno várias possibilidades de carreiras e cargos. O serviço público é o mais procurado entre os alunos de direito que não querem seguir na advocacia. Mas a concorrência é extrema, o que torna as carreiras públicas um desafio infinitamente maior que o exame da ordem.

Então não tem mistério, o comprometimento do aluno quando da escolha do curso de direito tem que se dar no primeiro dia de aula. Tem que se ter em mente

que é um curso que exige muita leitura e desenvolvimento de capacidades até então não desenvolvidas. Não é raro que os estudantes confundirem o que de fato vem a ser o comprometimento, e ainda, alguns o atribuem a outrem, como os professores, o que é um grande equívoco.

O fato é que o estudante tem que de assumir o seu papel no contexto educacional e ter o comprometimento com a sua vida acadêmica desde o início do processo ensino-aprendizagem, pois, sem este comprometimento verdadeiro, sua vida profissional será definitivamente comprometida, e para reverter esta situação dependerá de um esforço ainda maior depois de formado, pois certamente ter uma limitada área de atuação no mundo jurídico.

O PROFESSOR: A INSPIRAÇÃO PARA A CARREIRA JURÍDICA

Passando para uma segunda etapa, agora sim com os alunos comprometidos com seus estudos, podemos trazer os demais agentes sociais para também se comprometerem a estabelecer um processo de ensino-aprendizagem eficiente.

Neste momento é preciso entender a responsabilidade dos educadores neste processo, pois, como os educandos, os educadores também devem a se comprometer a manter a vida acadêmica em alto nível, propondo práticas pedagógicas estimulantes e adequadas para o estudo proposto e

Paulo Freire desenvolveu um trabalho pedagógico que vislumbra a Educação como um ato libertador, através do qual as pessoas seriam agentes que operam e transformam o mundo. Seria então a Educação um ato de busca permanente onde o próprio homem é o sujeito que opera e transforma o mundo através de uma clara compreensão do mesmo que só será possível com a consciência da realidade concreta

O professor Nalini explica que “professor de direito não é senão um estudante qualificado, mais experiente e responsável pelo despertar de outros colegas para viver a paixão fascinante pelas ciências jurídicas” (NALINI, 2006, p. 319)

No mesmo sentido Paulo Freire ensina que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Assim temos que o mesmo comprometimento que o aluno tem com seus estudos, o professor também tem com a continuidade de seu projeto acadêmico, com a pesquisa e a produção do conhecimento científico. O professor deve ser um eterno pesquisador, e para tanto deve ter na curiosidade sua mola propulsora para alavancar seus contínuos estudos. Para Freire:

“Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. Exercer a minha curiosidade de forma correta é um direito que tenho como gente e a que corresponde o dever de lutar por ele, o direito à curiosidade. P. 85 (Freire, 1996, p. 29)

Temos assim que a curiosidade é fator fundamental quando nos comprometemos a estudar, em especial o Direito. A curiosidade move os professores para a pesquisa, para a formação dos profissionais do mundo jurídico. É o professor, curioso e pesquisador, que vai incentivar e motivar seus alunos ao estudo da Filosofia.

Sem a curiosidade, tanto aluno, como professores são apenas caixas vazias, repetindo o já dito e pensado por outras pessoas, pois, não há espaço crítico sem a curiosidade do pesquisador.

Aqui podemos tomar como referencial de educação o que Paulo Freire (Freire, 1986) considera como “Educação Libertadora”, que segundo o autor é uma visão de educação mais humana em contraposição à educação bancária, tradicional.

Tal visão ou concepção é tida como sendo problematizadora e libertadora a medida que a mesma é uma constante busca que visa com que os educandos transformem o mundo em que vivem, e será através do despertar da curiosidade que moverá os alunos à pesquisa e a criação de teses conflitantes com os pensamentos engessados de uma educação que não permitia o debate e o contraponto de ideais.

O processo educativo libertador é local de encontro, nele a história é contada pelas palavras dos participantes, que buscam sua expressão, ao buscar as palavras, não simplesmente “para colecioná-las na memória”, como diria Freire, mas para partilhar a vida. “Na medida em que se apercebe como testemunha de sua história, sua consciência se faz reflexivamente mais responsável dessa história” (FREIRE, 1987).

A educação além de estimular o pensamento reflexivo do ser humano, deve possibilitar a construção do raciocínio lógico e da criticidade propiciando ao indivíduo o despertar para os questionamentos que circundam seu cotidiano de um modo mais efetivo e próximo da realidade a qual está inserido, para que a partir dessa leitura da realidade ele seja capaz de modificá-la, caso julgue necessário, tornando-se agente de sua própria história.

FILOSOFIA: NECESSIDADE DE COMPREENDER SUA APLICAÇÃO PRÁTICA NO ESTUDO DO DIREITO

A Filosofia possui uma relação estreita com a Educação desde o mundo grego. Os filósofos gregos, buscavam a *arete* humana, e deram início às discussões sobre a filosofia da educação e sua importância para o mundo. Eles viam na educação a possibilidade para o alcance de uma cultura ideal e de uma alma purificada, capaz de elevar o homem ao conhecimento inteligível, estimulando a busca de um ideal artístico da cultura.

Chauí defende que a atitude filosófica ocorre a partir daquilo que julgamos serem traços relevantes de nossa vida, bem como da vida dos homens comuns. Para

a autora, a Filosofia consistiria na atitude de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores e os comportamentos de nossa existência, sem antes havê-los investigado e compreendido. Segundo a autora:

A primeira característica da atitude filosófica é negativa, isto é, um “dizer não” aos “pré-conceitos”, aos “pré-juízos”, aos fatos e às ideias da experiência cotidiana, ao que “todo mundo diz e pensa”, ao estabelecido. Numa palavra, é colocar entre parênteses nossas crenças para poder interrogar quais são suas causas e qual é seu sentido. A segunda característica da atitude filosófica é positiva, isto é, uma interrogação sobre o *que são* as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. É também uma interrogação sobre o *porquê* e o como disso tudo e de nós próprios. (CHAUI, 2010, p. 21)

Ainda segundo Chauí, a Filosofia é definida como estudo das variedades do saber do ser humano, sendo ela parte fundamental na construção cognitiva do futuro docente que tem como objetivo estimular e promover o conhecimento por meio da pesquisa, da reflexão crítica, bem como, auxiliar o aluno na desconstrução e reconstrução das mais variadas teorias científicas.

É exatamente neste ponto que o aluno de Direito precisa ser conscientizado, pois, não existe reflexão jurídica, sem conhecimento filosófico, desta forma é que a filosofia se coloca como extremamente necessária para a formação do profissional de Direito.

Maximiliano afirma que é interpretar é determinar o sentido e os alcances das expressões do Direito. E a interpretação tem suas formas, técnicas e os meios para se chegar aos fins colimados. Define o autor:

A Hermenêutica Jurídica tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito. As leis positivas são formuladas em termos gerais; fixam regras, consolidam princípios, estabelecem normas, em linguagem clara e precisa, porém, ampla, sem descer a minúcias. É tarefa primordial do executor a pesquisa da relação entre o texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social, isto é, aplicar o Direito. Para o conseguir se faz mister um trabalho preliminar: descobrir e fixar o sentido verdadeiro da regra positiva e, logo depois, o respectivo alcance, a sua extensão. Em resumo, o executor extrai da norma tudo o que na mesma se contém: é o que se chama interpretar, isto é, determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito. (MAXIMILIANO, 2011, p. 15)

É exatamente neste ponto que devemos compreender que a Filosofia é necessariamente fundamental ao estudo do Direito, pois, não há como fazer a interpretação proposta na hermenêutica jurídica, e determinar o sentido e os alcances das expressões do Direito, sem se ter o pensamento crítico, que apenas é conquistado com o estudo da filosofia.

Em Convite à Filosofia, Marilena Chauí mostra como a atitude filosófica é o primeiro passo para uma compreensão, como sugere a autora, o primeiro passo para se compreender o que é filosofia seria: “A decisão de não aceitar como

naturais, óbvias e evidentes as coisas, ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa experiência cotidiana; jamais aceita-os sem antes havê-los”. (CHAUI, 2010, p. 21)

Para Reale, a Filosofia do Direito “é a própria Filosofia enquanto voltada para uma ordem de realidade, que é a ‘Realidade Jurídica’”. Afirmo o autor:

Ora, a Filosofia do Direito, esclareça-se desde logo, não é disciplina jurídica, mas é a própria Filosofia enquanto voltada para uma ordem de realidade, que é a “realidade jurídica”. Nem mesmo se pode afirmar que seja Filosofia especial, porque é a Filosofia, na sua totalidade, na medida em que se preocupa com algo que possui valor universal, a experiência histórica e social do Direito. O direito é a realidade universal. Onde quer que exista o homem, aí existe o direito com. o expressão de vida e de convivência. É exatamente por ser o direito fenômeno universal que é ele suscetível de indagação filosófica. A Filosofia não pode cuidar senão daquilo que tenha sentido de universalidade. Esta a razão pela qual se faz Filosofia da vida, Filosofia do direito, Filosofia da história ou Filosofia da arte. Falar em vida humana é falar também em direito, daí se evidenciando os títulos existenciais de uma Filosofia jurídica. Na Filosofia do Direito deve refletir-se, pois, a mesma necessidade de especulação do problema jurídico em suas raízes, independentemente de preocupações imediatas de ordem prática. (REALE, 2002, p. 9)

Entretanto, dependendo de como a Filosofia for introduzida, poderá se tornar um amontoado de informações sem sentido. E sobre esta questão, afirma Kohan:

Não considero interessante apenas que a filosofia ocupe espaços. Dentro e fora das escolas, importa, fundamentalmente, compreender o que ela faz nesses espaços, o tipo de filosofia que se pratica (e ensina), sua relação com outras áreas do saber, com a instituição escolar e as outras instituições da vida econômica, social e política do país. Convém, especificamente, considerar a relação que professores e alunos envolvidos com a filosofia estabelecem entre si e com ela. Importa, antes de mais nada, o tipo de pensamento que se afirma e se promove sob o nome de filosofia. Kohan (2002, p.22)

Entende-se então que o professor de Direito, principalmente nos anos iniciais do bacharelado deve ser muito prudente ao introduzir o ensino da Filosofia Jurídica, pois caberá a ele o poder de ser o mediador entre o conhecimento filosófico e o aluno ainda não adaptado ao argumento crítico do cientista.

Assim, deve explicar ao aluno sobre os benefícios que a ciência pode trazer ao homem e principalmente ao Direito. Mas, mais do que isto, deve levar o aluno a sondar os princípios de todo tipo de conhecimento e buscar a verdade sobre eles.

No que se refere ainda à discussão pertinente ao conhecimento jurídico, a filosofia se apresenta como importante instrumento na apreensão do sentido das normas jurídicas. Por um lado, tal importância se constrói a partir de conceitos filosóficos que permitem ao jurista compreender sua própria atividade.

Veja, como o conhecimento filosófico faz parte da prática jurídica: o significado de justiça. O bem mais almejado entres os operadores do direito ou mesmo a mais importante ideia de valor moral com que lidam os juristas e a sociedade, não pode

ser definida sem um pensamento crítico filosófico. Seria impossível chegar a uma definição de justiça sem um denso estudo da Filosofia.

Quando o aluno toma posse do conhecimento filosófico e da verdade que ele contém e principalmente quando é levado por seu professor a compreender seu uso prático durante, não só a sua vida acadêmica, mas na sua vida profissional e até mesmo em sua vida pessoal, como membro de uma sociedade com direitos e deveres, será conquistado, em sua plenitude, o comprometimento do aluno com o processo de ensino-aprendizagem da Filosofia, mas especificamente da Filosofia do Direito.

Será com esse comprometimento, ancorado nas sólidas experiências práticas, que o aluno será levado a experimentar a libertação, com ela ficará livre do domínio da ignorância, da alienação e das concepções de vida que lhe foram impostas pela sociedade onde está inserido e de tal forma, livre e consciente, poderá ter o espírito crítico, e decididamente poderá ter a certeza e capacidade de lograr êxito no concorrido mundo jurídico.

CONCLUSÃO

O trabalho consistiu em buscar um caminho para incentivar o estudante de Direito ao estudo da Filosofia, não como matéria obrigatória, mas sim como uma disciplina de inestimável necessidade para o seu desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem e para o seu sucesso em sua carreira jurídica.

No primeiro e segundo momento tratamos do que consideramos essencial para o processo ensino-aprendizagem: o comprometimento. O comprometimento aqui foi destacado não como um mero compromisso, mas sim, como um acordo firmado em bases sólidas em que o aluno e o professor seguiam para o estudo do Direito.

A responsabilidade de se comprometer nos estudos, ou seja, o comprometimento do aluno e do professor para com o aprender é fundamental no processo ensino-aprendizagem, ainda mais, quando tratamos de indivíduos adultos e aptos a escolher uma carreira profissional, como é o caso do aluno de direito

Por fim contemplamos a necessidade de se comprovar que a Filosofia não é uma mera cadeira dentro da grade curricular do Direito, mas sim uma disciplina fundamental ao operador do direito, que precisa tanto de seus conhecimentos clássicos e gerais, quando da denominada Filosofia do Direito.

Em suma, se é verdade que nos encontramos em um momento no qual o humanismo perdeu força, ainda assim a filosofia, exemplar disciplina humanista, permanece essencial à reflexão e à prática jurídicas. A crise do humanismo não afastou do mundo jurídico a necessidade da filosofia. Ao contrário, a prática e o pensamento jurídicos são tão mais sofisticados e coerentes quanto mais se deixam

banhar pela filosofia. Hoje e sempre.

REFERÊNCIAS

CHAUI, M. d. (2010). Convite à Filosofia. São Paulo : Ática.

FELICETTI, V. L., & MOROSINI, M. C. (2010). Do compromisso ao Comprometimento: o estudante e a aprendizagem. *Educar em Revista*, 23-44.

FREIRE, P. (1986). Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

FREIRE, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra (coleção Leitura).

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa. Do Compromisso ao Comprometimento: o estudante e a aprendizagem. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 23 - 44, 2010. Editora UFPR. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=155018479002> > e em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-0602010000500002&lang=pt > Acesso em 26 de out. de 2019.

MAXIMILIANO, C. (2011). *Hermenêutica e aplicação do Direito* (20ª Edição ed.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Forence.

NALINI, J. R. (2006). *Ética Geral e Profissional*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

REALE, M. (2002). *Filosofia do Direito* (20ª edição ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Saraiva.

WOLKMER, A. C. (2002). *Introdução ao pensamento jurídico crítico* (4ª edição ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Saraiva.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 235, 266

Agrotóxicos 49, 50, 51, 52, 54, 266

Alfabetização científica 1, 2, 7, 8, 266

Alimentos 3, 49, 50, 54, 60, 65, 67, 68, 70, 90, 97, 208, 266

Aplicativo scratch 20, 266

Aprendizagem 1, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 20, 21, 28, 40, 45, 64, 72, 74, 80, 82, 84, 88, 92, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 133, 135, 139, 140, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 173, 174, 175, 182, 184, 185, 186, 187, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 212, 214, 217, 218, 220, 221, 254, 258, 259, 263, 266

Autonomia 7, 22, 48, 132, 137, 160, 204, 207, 266

Avaliação construtiva 116, 117, 118, 122, 129, 266

B

Barroco 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 266

Biologia 54, 55, 74, 89, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 266

Bolo 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 263, 266

C

Caravaggio 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 266

Ciberespaço 211

Ciências 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 20, 29, 54, 55, 59, 65, 66, 89, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 108, 109, 115, 155, 170, 172, 182, 184, 191, 192, 199, 205, 206, 210, 212, 215, 218, 221, 222, 224, 241, 245, 266

Community science 56, 59, 65, 266

Contextualização 1, 3, 5, 11, 23, 24, 51, 55, 227, 266

Corpo 16, 126, 129, 217, 228, 229, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 262, 263, 266

Corresponsabilidade 173, 266

Criatividade 21, 107, 116, 118, 124, 129, 130, 159, 167, 194, 221, 248, 266

Crise democrática 39, 41, 47, 266

Culinária 58, 63, 67, 68, 219, 266

Cultura 19, 21, 31, 32, 33, 59, 63, 102, 103, 117, 134, 139, 152, 153, 160, 183, 187, 194, 200, 224, 227, 228, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 248, 258, 266

Cultura matemática 102, 103, 266

D

Decolonialidade 233, 237, 242, 266

Deficiência visual 164, 166, 183, 184, 187, 188, 266

Desperdício 67, 68, 266

Didática 46, 54, 98, 122, 140, 182, 186, 189, 193, 255, 266

Discriminação 206, 208, 267

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 15, 16, 19, 21, 28, 29, 30, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 65, 66, 67, 73, 83, 84, 90, 91, 92, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 121, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 154, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 171, 172, 174, 175, 182, 184, 187, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 204, 208, 210, 211, 212, 213, 219, 220, 222, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 263, 264, 267

Educação infantil 1, 4, 6, 7, 110, 241, 247, 249, 267

Ensino 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 64, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 80, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 146, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 182, 183, 184, 185, 186, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 203, 206, 207, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 233, 247, 248, 249, 259, 263, 265, 267

Ensino de física 166, 171, 172, 183, 184, 267

Ensino de química 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 27, 28, 29, 30, 49, 50, 55, 58, 267

Ensino de sociologia 211, 212, 267

Ensino médio 17, 20, 21, 23, 28, 29, 41, 44, 50, 54, 58, 67, 82, 83, 101, 134, 142, 146, 152, 153, 165, 167, 173, 176, 182, 183, 184, 185, 207, 211, 218, 219, 221, 267

Escrita 3, 104, 116, 118, 123, 126, 127, 128, 129, 166, 195, 207, 215, 220, 246, 247, 248, 249, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 265, 267

Espaço urbano 141, 143, 145, 152, 267

F

Filosofia 104, 115, 140, 182, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 236, 267

Física 12, 15, 21, 31, 34, 74, 99, 105, 108, 110, 115, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 206, 210, 227, 240, 247, 267

Formação continuada 14, 15, 17, 18, 19, 65, 84, 170, 171, 182, 207, 267

Formação de professores 30, 39, 40, 41, 46, 47, 65, 81, 93, 115, 166, 167, 171, 172, 191, 206, 265, 267

G

Geografia de santa catarina 82, 83, 84, 88, 267

Grafismo 246, 249, 252, 253, 254, 256, 257, 262, 267

I

Identidade 134, 142, 154, 158, 159, 161, 162, 175, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 244, 245, 267

Implicações 9, 134, 156, 161, 182, 246, 264, 267

Inclusão 72, 108, 110, 120, 157, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 172, 173, 176, 179, 182, 183, 187, 206, 208, 267

Instalações geográficas 116, 117, 118, 122, 123, 124, 127, 130, 267

Inteligências múltiplas 9, 10, 11, 12, 13, 268

Interdisciplinaridade 28, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 221, 268

J

Jogo 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 51, 54, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 107, 112, 113, 161, 250, 263, 268

Jogos de linguagem 102, 103, 106, 112, 115, 268

L

Licenciatura em química 4, 17, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 205, 268

Linguagem 22, 28, 64, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 113, 115, 118, 155, 183, 187, 192, 201, 216, 231, 246, 247, 248, 264, 268

M

Matemática 12, 28, 29, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 155, 255, 261, 266, 268

Materiais concretos 72, 75, 76, 78, 79, 80, 173, 268

Material didático 82, 109, 168, 176, 187, 268

Metodologia 15, 16, 28, 50, 56, 59, 82, 100, 104, 107, 108, 111, 116, 131, 170, 174, 189, 193, 218, 220, 221, 246, 248, 268

Minilivro 67, 68, 268

Modellus 183, 184, 186, 189, 191, 192, 268

Modelos e jogos didáticos 89, 268

Multiscience 56, 57, 65, 268

N

Nvda 183, 187, 189, 191, 268

O

Obmep 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 268

Oficina 30, 31, 32, 36, 37, 268

Ofício de aluno 154, 155, 158, 159, 161, 268

Olimpíada 72, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 268

P

Paisagem 134, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 151, 152, 153, 268

Parasitologia 89, 91, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 268

Pibid 50, 51, 72, 73, 80, 81, 268

Práticas escolares 102, 103, 114, 175, 184, 236, 237, 238, 240, 268

Preconceito 206, 207, 208, 237, 268

Professores 9, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 65, 73, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 130, 131, 157, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 182, 184, 186, 191, 193, 195, 197, 199, 200, 202, 206, 207, 208, 210, 237, 247, 248, 265, 267, 268

Q

Química 1, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 65, 74, 101, 173, 176, 179, 182, 205, 206, 267, 268, 269

R

Recurso didático 85, 94, 98, 103, 104, 114, 164, 168, 170, 269

Reflexão 20, 21, 23, 36, 37, 41, 45, 94, 100, 114, 116, 117, 124, 132, 133, 136, 166, 167, 171, 174, 201, 203, 214, 239, 246, 247, 248, 251, 259, 262, 269

S

Saber científico 56, 89, 269

Saberes populares 52, 56, 59, 63, 64, 66, 269

São jerônimo 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 269

Síndrome de down 173, 269

Sociologia digital 211, 269

Soluções 49, 50, 51, 52, 53, 54, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 146, 218, 269

Sonhos 116, 122, 123, 126, 269

T

Tabela periódica 173, 177, 178, 179, 180, 181, 269

Tabuada interativa 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 269

Terapia desconstrucionista 102, 103, 104, 106, 108, 269

Tics 269

Tratamento de água 1, 4, 5, 269

Trote 205, 206, 207, 209, 210, 269

V

Valores sociais 206, 210, 269

Velho 223, 224, 226, 227, 229, 230, 231, 269

Violência de gênero 30, 31, 33, 269

 **Atena**
Editora

2 0 2 0